

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO	21
-------------------------	-----------

2

NECESSIDADE DE UMA PROTEÇÃO ESPECÍFICA	25
2.1. Fatores que contribuem para o silêncio da mulher	27
2.1.1. Mito do amor romântico	28
2.1.2. Medo de revelar a violência	29
2.1.3. Isolamento da família e rede de apoio	31
2.1.4. Pressão familiar para que a mulher “desista” do processo	33
2.1.5. Dependência econômica	35
2.1.6. Agressores invertem a culpa e responsabilizam as mulheres	36
2.1.7. Ciclo da violência	38
2.1.8. Reação de “congelamento”	44
2.2. Políticas públicas de prevenção às violências contra as mulheres e sua relação com as medidas protetivas de urgência	45

3

AVALIAÇÃO DE RISCO	55
3.1. Princípios para a intervenção profissional	55
3.2. Por que existe a avaliação de risco?.....	59
3.3. Considerações gerais sobre os fatores de risco	62
3.4. Segue: fatores de risco mais relevantes	70
3.4.1. Separação recente.....	70
3.4.2. Perseguição.....	72
3.4.3. Arma de fogo.....	74
3.4.4. Descumprimento de medidas protetivas.....	75
3.4.5. Escalada de violência	76
3.4.6. Histórico prévio de violência na família.....	77
3.4.7. Ciúmes excessivo e comportamento controlador	78
3.4.8. Abuso de álcool e outras drogas.....	80
3.4.9. Ameaça de se suicidar	81
3.5. Fatores de proteção	82
3.6. Metodologias para avaliação de risco	84
3.7. Formulário Nacional de Avaliação de Risco.....	86

4

PRINCÍPIOS DO PROCESSO PROTETIVO	103
4.1. Princípio da perspectiva de gênero (princípio pró-mulher).....	107
4.2. Princípio da proteção integral.....	109
4.3. Princípio da proteção imediata.....	111
4.4. Princípio da proteção adequada e adaptável.....	113

4.5. Princípio da proteção acessível.....	114
4.6. Princípio da proteção prospectiva	116
4.7. Princípio da precaução (<i>in dubio pro tutela</i>)	117
4.8. Princípio da proteção autônoma	120
4.9. Princípio da proteção suficiente à situação de risco.....	124

5

PROTEÇÃO INTEGRAL AMPLIADA	127
5.1. Proteção integral das mulheres no âmbito da Lei Maria da Penha.....	127
5.2. Proteção integral das mulheres além dos âmbitos da Lei Maria da Penha	136
5.3. Projeções da Lei Maria da Penha para outras vítimas vulneráveis não mulheres	140
5.4. Vítima mulher.....	146
5.5. Dependentes da vítima.....	149

6

PROCESSO PROTETIVO	153
6.1. Noções gerais	153
6.2. Instrumentalidade do processo	156
6.3. Procedimento para as medidas protetivas (rito)	159
6.4. Requerimento	160
6.4.1. Capacidade postulatória da vítima	162
6.4.2. Destinatários da proteção.....	165
6.4.2.1. Violência Vicária	169
6.5. Sigilo interno e externo.....	172
6.6. Decisão judicial.....	177

6.5.1. Competência	187
6.5.2. Afastamento do lar pela autoridade policial.....	193
6.6. Intimações da vítima, do autor da violência e vista ao Ministério Público	195
6.7. Audiência de justificação (facultativa)	200
6.8. Fase de monitoramento das medidas protetivas	205
6.9. Reavaliação periódica do risco (STJ, Tema 1.249)	208
6.10. Revogação das medidas protetivas	216
6.11. Recurso cabível	221

7

DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS PROTETIVAS	227
7.1. Crime de descumprimento de medidas protetivas.....	229
7.2. Prisão preventiva.....	237

8

MEDIDAS PROTETIVAS EM ESPÉCIE	257
8.1. Medidas protetivas inominadas	258
8.2. Medidas protetivas que obrigam o agressor	261
8.2.1. Suspensão da posse ou restrição ao porte de armas.....	261
8.2.2. Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida	270
8.2.3. Proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor .	276
8.2.4. Proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação	282

SUMÁRIO

8.2.5.	Proibição de frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.....	287
8.2.6.	Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores.....	291
8.2.7.	Prestação de alimentos provisionais ou provisórios	298
8.2.8.	Programas de recuperação e reeducação do agressor	303
8.3.	Monitoramento eletrônico para as medidas protetivas de urgência	313
8.3.1.	Da monitoração eletrônica	315
8.3.2.	Natureza jurídica: garantia de cumprimento das medidas protetivas de urgência.....	317
8.3.3.	Requisitos decisórios	319
8.3.4.	Autonomia em relação ao processo criminal ...	323
8.3.5.	Prazo de duração	324
8.3.6.	Cumulação com dispositivo de segurança.....	325
8.3.7.	Recusa do agente e violação do dispositivo.....	327
8.3.8.	Ressarcimento dos valores pelo agressor.....	328
8.3.9.	Considerações finais	328
8.4.	Medidas de proteção pessoal destinadas à mulher.....	329
8.4.1.	Programa oficial de proteção ou atendimento..	330
8.4.2.	Recondução da ofendida/dependentes ao lar....	332
8.4.3.	Afastamento da ofendida do lar sem prejuízo de seus direitos.....	333
8.4.4.	Auxílio-aluguel (Lei n. 14.674/2023)	339
8.5.	Medidas de caráter patrimonial	343
8.6.	Outras medidas de proteção previstas na Lei Maria da Penha.....	352

8.6.1.	Assistência prioritária pelo SUS e Susp e cirurgia reparadora	352
8.6.2.	Manutenção do vínculo trabalhista e remoção de funcionária pública	353
8.6.3.	Prioridade para matrícula de dependentes e sigilo de dados escolares	356
8.7.	Ação de divórcio e outras ações cíveis.....	357

9

QUADRO ESQUEMÁTICO	361
Fatores que contribuem para o silêncio da vítima.....	361
Avaliação e gestão de risco.....	361
Fatores de risco e fatores de proteção mais relevantes	362
Princípios para a avaliação de risco.....	362
Processo protetivo.....	362
Procedimento do processo protetivo.....	363
Fluxograma do processo protetivo com avaliação de risco.....	365
Descumprimento de medidas protetivas	366
Crime do art. 24-A LMP.....	366
Prisão do autor da violência.....	366
Espécies de medidas protetivas de urgência na Lei Maria da Penha	366